



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE PARANAGUÁ/PR: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

**Luis Claudio Krajevski** (Universidade Federal do Paraná) - [luisck@ufpr.br](mailto:luisck@ufpr.br)

*Economista formado pela UFPR, mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e Doutor em Desenvolvimento Regional pela FURB. Professor do Departamento de Economia da UFPR.*

## **O desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Paranaguá/PR:**

### **Considerações preliminares**

#### **INTRODUÇÃO**

O Paraná apresenta indicadores socioeconômicos satisfatórios quando comparado a outras unidades da Federação. Dentre alguns destes indicadores destaca-se sua participação na produção total do país (equivalente a pouco mais de 6%, o que o classifica como 5º no ranking por Estado); a produção *per capita* de R\$ 38.772,74 (posicionando o Estado na 8ª posição por unidade da Federação) e seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,749 (acima do IDH brasileiro de 0,724, sendo o 5º no ranking nacional).

Entretanto, o desenvolvimento socioeconômico não é homogêneo entre as regiões paranaenses. As desigualdades socioeconômicas regionais são expressivas, as quais podem ser observadas tanto nas mesorregiões quanto nas microrregiões do Estado. Convém ressaltar que esta constatação é inerente ao modo de produção capitalista, pois não é observado o crescimento equilibrado entre países e regiões.

Neste contexto, as desigualdades socioeconômicas também são vistas na microrregião de Paranaguá, no litoral paranaense. Esta microrregião geográfica, que integra a mesorregião Região Metropolitana de Curitiba (RM de Curitiba), é composta por sete municípios, a saber: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Além das desigualdades desta região com as demais microrregiões paranaenses, existem desigualdades socioeconômicas intrarregionais significativas. Dessa maneira, o desenvolvimento socioeconômico regional é, também, desigual.

Verificar estas desigualdades é útil não apenas para promover um olhar minucioso sobre os indicadores socioeconômicos, mas também fornecer subsídios para a adoção de políticas públicas que busquem reduzir as desigualdades regionais. É evidente que o desenvolvimento de uma determinada região ou país não se resume aos seus indicadores. Contudo, estes apontam características socioeconômicas relevantes quando se trata de estudos referentes ao desenvolvimento regional.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é identificar o desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Paranaguá, com destaque para alguns indicadores selecionados, os quais poderão apontar as desigualdades socioeconômicas intrarregionais. Para tanto, foi utilizada a metodologia bibliográfica-documental, a qual municia o estudo com elementos que permitem compreender a dinâmica do desenvolvimento regional.

Ademais, os indicadores selecionados permitem identificar as principais desigualdades socioeconômicas intrarregionais. Assim, o Produto Interno Bruto – PIB, o PIB *per capita*, os indicadores populacionais, o IDH municipal, o Índice de Gini, a renda média *per capita* e a taxa de pobreza são os principais aspectos

considerados nesta pesquisa. Esses indicadores permitem analisar, preliminarmente, o desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Paranaguá. As principais fontes desses dados são os sítios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Este estudo é composto por cinco seções, incluindo a presente introdução. A seção seguinte discute as principais contribuições teóricas condizentes com este trabalho. A seção três caracteriza o Paraná no contexto brasileiro e exhibe algumas de suas características mesorregionais. A seguir são apresentados os dados socioeconômicos selecionados dos municípios da microrregião de Paranaguá com as respectivas análises. Por fim, tem-se as considerações finais.

## **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL**

Antes da discussão acerca do desenvolvimento regional e desenvolvimento desigual, cabe ressaltar algumas perspectivas que balizam o presente estudo. Neste sentido, para não adentrar numa extensa discussão teórica a respeito do desenvolvimento e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico, alguns apontamentos se fazem necessários.

Em primeiro lugar é importante ressaltar que este trabalho parte do entendimento que crescimento e desenvolvimento econômicos são diferentes. Tal distinção, embora tenha sido caracterizada há algum tempo, ainda merece ser acentuada. Isso porque existem perspectivas que consideram o desenvolvimento econômico como um reflexo natural do crescimento econômico. Ou seja, ocorrendo crescimento econômico conseqüentemente haveria desenvolvimento econômico.

Esta perspectiva já foi refutada por diversos autores. Furtado (2013), por exemplo, evidencia que o aumento da eficácia produtiva não significa melhoria na qualidade de vida da população, podendo até promover efeitos contrários. Portanto, a ideia de que o desenvolvimento econômico é um efeito automático do crescimento econômico, tratado muitas vezes, como sinônimo, está ultrapassada.

Desse modo, esta pesquisa considera que o crescimento econômico, medido especialmente pelo PIB, é apenas quantitativo. Assim, o desenvolvimento econômico envolve outros elementos, tais como melhoria nos processos produtivos, na estrutura econômica e/ou melhoria na renda da população.

Um segundo ponto que merece uma contextualização prévia é a respeito do desenvolvimento socioeconômico. A abordagem aqui adotada não restringe o desenvolvimento à dimensão econômica, pois busca considerar outras variáveis que atingem a qualidade de vida de determinada sociedade.

Aliás, há diversos tipos de indicadores que poderiam apontar o nível de desenvolvimento econômico e social de uma determinada população. Além de indicadores econômicos e sociais, poderiam ser considerados indicadores nutricionais, de saúde, ambientais, habitacionais, educacionais, dentre outros (SIEDENBERG, 2003). O mesmo autor considera que a escolha dos indicadores

não é consensual, haja vista a existência de diferentes concepções e perspectivas de desenvolvimento.

Isso posto, parte-se do pressuposto que o desenvolvimento socioeconômico envolve a melhoria de indicadores econômicos e sociais de uma determinada região. Ademais, na ausência de um indicador consolidado de desenvolvimento socioeconômico, esta análise irá considerar especialmente o IDH municipal, ou simplesmente IDHM.

Notadamente a respeito do desenvolvimento regional, este continua sendo um dos principais objetivos dos mais diversos países e regiões. Ainda que a dimensão econômica do desenvolvimento possua caráter central, o desenvolvimento regional não se resume ao campo econômico. Muito embora a narrativa atrelada ao desenvolvimento regional seja fortemente influenciada pelo viés econômico, outras dimensões devem ser examinadas, tais como o desenvolvimento político, ambiental, social e cultural. Evidentemente que, para um maior aprofundamento desta temática, caberia a discussão acerca das diferentes concepções de desenvolvimento, como também de região.

Contudo, para efeitos deste trabalho será considerada a expressada por Corrêa, Silveira e Kist (2013, p.12), que entendem o desenvolvimento regional como “[...] um processo histórico, que exige transformação nas bases sociais e econômicas, mudanças estruturais e, sobretudo, uma estratégia construída de forma conjunta entre os diversos atores da região.”

Convém ressaltar que esta estratégia conjunta não é algo descomplicado, ao contrário. Até que ponto os diferentes interesses e conflitos entre os distintos segmentos da população são efetivamente considerados? Afinal, é de se esperar que o desenvolvimento regional acarrete benefícios ao conjunto da população como um todo, e não para setores específicos.

Feitas estas considerações é pertinente discutir as perspectivas referentes ao desenvolvimento regional. Sob o ponto de vista teórico, as primeiras abordagens eram localistas (Von Thunen, Weber, Christaller e Losch), perpassando pela perspectiva da Ciência Regional (Isard); pelas contribuições estruturalistas (Perroux, Myrdal e Hirschman), até as mais recentes de caráter endógeno (Sthör) (Krajevski, 2018).

Aliás, a perspectiva endógena acabou predominando no Brasil nas últimas décadas. Esta visão foi superestimada muitas vezes, como se a conquista do desenvolvimento regional fosse resultado apenas das potencialidades regionais. O exagero a respeito desta abordagem permitiu o fortalecimento de um discurso localista, muitas vezes de forma isolada, não considerando sequer as diferentes escalas e conflitos (BRANDÃO, 2012).

É evidente que as regiões apresentam as mais diversas características. Entretanto, o desenvolvimento endógeno passou a relegar o papel do Estado a segundo plano. Conseqüentemente, o desenvolvimento regional seria resultado da atuação das forças de mercado. Como se o engajamento e a exploração das “potencialidades” regionais fossem suficientes para que o tão sonhado desenvolvimento ocorresse.

Esta interpretação foi disseminada no país em decorrência da redução do planejamento estatal e da perspectiva de diminuição do papel do Estado a partir dos anos 1990. Este discurso estava em concordância com as recomendações

do Consenso de Washington, as quais indicavam uma relativa redução da necessidade de intervenção do Estado na economia – influenciando as políticas públicas -, além do avanço da globalização.

Dessa maneira, a intensificação do processo de globalização, aliado a redução da capacidade de intervenção do Estado na economia, permitiu a proliferação de ideias localistas, reforçando a concepção de que o mercado poderia resolver as desigualdades socioeconômicas regionais. Este entendimento não só subestima os conflitos intrarregionais e as diferentes escalas, como despreza uma característica do modo de produção vigente: o desenvolvimento desigual.

As contribuições acerca do caráter desigual do capitalismo estão presentes nas obras de Marx (2013), Lênin e Trotsky (THEIS, 2009). Mas a discussão referente ao desenvolvimento desigual ganhou novos contornos com as contribuições de Smith (1988) e Harvey (2006; 2014), os quais subscrevem a teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

Para Smith (1988) o capital se locomove, no tempo e no espaço, em busca de maiores lucros e, para isso, ele se aproveita das desigualdades regionais para sua reprodução. Ou seja, o capital se beneficia das discrepâncias existentes e, como resultado de sua locomoção, promove novas desigualdades ou intensifica as desigualdades anteriormente existentes. Smith considera ainda que as diferenças espaciais são resultado da divisão territorial do trabalho.

Harvey (2014), por sua vez, ressalta que sem as contradições do desenvolvimento geográfico desigual o capitalismo enfrentaria profundas adversidades. Na mesma obra, Harvey destaca como as regiões menos desenvolvidas podem ser úteis ao capitalismo, pois o capital aproveita as condições que lhe são mais satisfatórias e convenientes.

O debate referente ao desenvolvimento desigual inclui a contribuição de autores brasileiros. Neste sentido, cabe destacar os aportes de Furtado (2013), o qual incorporou a questão espacial nas suas análises sobre desigualdade. E mais, para este autor as desigualdades são consequências do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1959).

Oliveira (1981), para quem a reprodução do capital é desigual e combinada, e Santos (1988), que reconhece os avanços da industrialização (embora suas benesses sejam irregularmente distribuídas), são outros autores que reforçam o caráter desigual do desenvolvimento. Dessa maneira, é plausível supor que o desenvolvimento econômico gera desigualdades. Aliás, quando se olha a realidade nacional, a desigualdade socioeconômica regional é evidente.

Diversos autores já discutiram a questão regional brasileira, com destaque para Furtado (1959; 2013), Cano (1985), Oliveira (1993), Araújo (2000) e Diniz (2002). Ainda que a questão regional brasileira tenha integrado alguns planejamentos governamentais, a ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional permaneceu até 2003 (COELHO, 2017; DAMIÃO DE LIMA e FERREIRA ALVES, 2018).

Este cenário foi alterado com a criação da primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional, ou simplesmente, I PNDR, em 2003, embora institucionalizada apenas em 2007 (MACEDO e PORTO, 2018). Todavia, os

poucos recursos disponíveis, além de outros fatores, inviabilizaram esta política pública, impedindo a obtenção de resultados satisfatórios.

Ciente dos limites da I PNDR, o governo federal, a partir de 2012, estimulou a criação da Nova PNDR (ou II PNDR), a qual incluiu conferências estaduais buscando identificar problemas e ouvir sugestões de melhoria. Contudo, a mesma não chegou a ser implementada. Anos mais tarde, em 2019, através do decreto nº 9.810 de 30 de maio, foi instituída a atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2019), a qual ainda carece de estudos mais aprofundados.

De qualquer forma, a questão regional não foi prioridade do Estado ou de qualquer governo brasileiro. A vasta maioria das ações em prol do crescimento e desenvolvimento econômico são caracterizadas como políticas setoriais. Como se a expansão de determinadas atividades econômicas fosse capaz de reduzir as desigualdades socioeconômicas regionais que o país apresenta.

As ações estaduais também caminham na mesma direção, com prioridade para políticas de estímulo a certas atividades econômicas. Muitas das medidas adotadas nos entes subnacionais são decorrentes de incentivos fiscais. Todavia, são resultados de ações não concatenadas com demais municípios e unidades da Federação. Prova disso são as famigeradas “guerras fiscais”, as quais proporcionam condições ainda mais satisfatórias ao capital em detrimento da qualidade de vida da população.

## **O DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARANAENSE**

O Paraná é uma unidade da Federação localizada na região Sul do país. Sua área territorial é de 199.298,982 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 2,34% do território nacional, sendo o 15º maior Estado brasileiro em extensão territorial (IBGE, 2021). É composto por 399 municípios, distribuídos em dez mesorregiões e 39 microrregiões geográficas<sup>1</sup>.

Atualmente, conforme dados do IBGE, o Estado possui uma população estimada de 11.597.484 (IBGE, 2021). Conforme dados do censo demográfico de 2010, a taxa de urbanização estadual é de 85,33%, ou seja, a população rural paranaense é inferior a 15% do total (IPARDES, 2021c). A tabela 1 apresenta alguns indicadores selecionados, os quais dimensionam as diferenças do Estado frente ao contexto nacional.

O Paraná possui o quinto maior PIB estadual, o que equivale a 6,28% da produção nacional. No tocante ao PIB *per capita* (R\$ 38.772,74), o Estado possui um resultado 15,42% superior ao PIB *per capita* brasileiro (R\$ 33.593,82). Com relação ao rendimento domiciliar *per capita*, novamente o Estado apresenta resultados melhores que os resultados nacionais. Em média, o rendimento do paranaense é 17% superior ao rendimento brasileiro (equivalente a R\$ 234).

---

<sup>1</sup> A distribuição dos municípios brasileiros entre mesorregiões e microrregiões geográficas foi extinta pelo IBGE em 2017. No entanto, os dados disponíveis até o presente ainda condizem com essa classificação. A nova classificação geográfica considera Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas. A antiga microrregião de Paranaguá é agora classificada como Região Imediata de Paranaguá, com os mesmos municípios da antiga classificação, não existindo, portanto, qualquer prejuízo ao presente estudo.

**Tabela 1 – Indicadores econômicos, Paraná e Brasil, 2018**

	Paraná	Brasil	Posição no ranking por Estado
<b>PIB corrente (em R\$ 1.000.000)</b>	440.029	7.004.141	5º
<b>PIB per capita (em R\$ 1,00)</b>	38.772,74	33.593,82	8º
<b>Rendimento domiciliar per capita (em reais)</b>	1.607	1.373	6º

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE (2021).

A tabela 2 exhibe outros indicadores que dimensionam o desenvolvimento socioeconômico estadual. Estes resultados são provenientes do último censo demográfico de 2010. Considerando o IDH, o índice de Gini e o percentual de pobres e extremamente pobres, o Paraná ocupa os cinco melhores resultados entre as unidades da Federação. O destaque é para o Índice de Gini, que o posiciona somente abaixo de Santa Catarina quanto a concentração de renda.

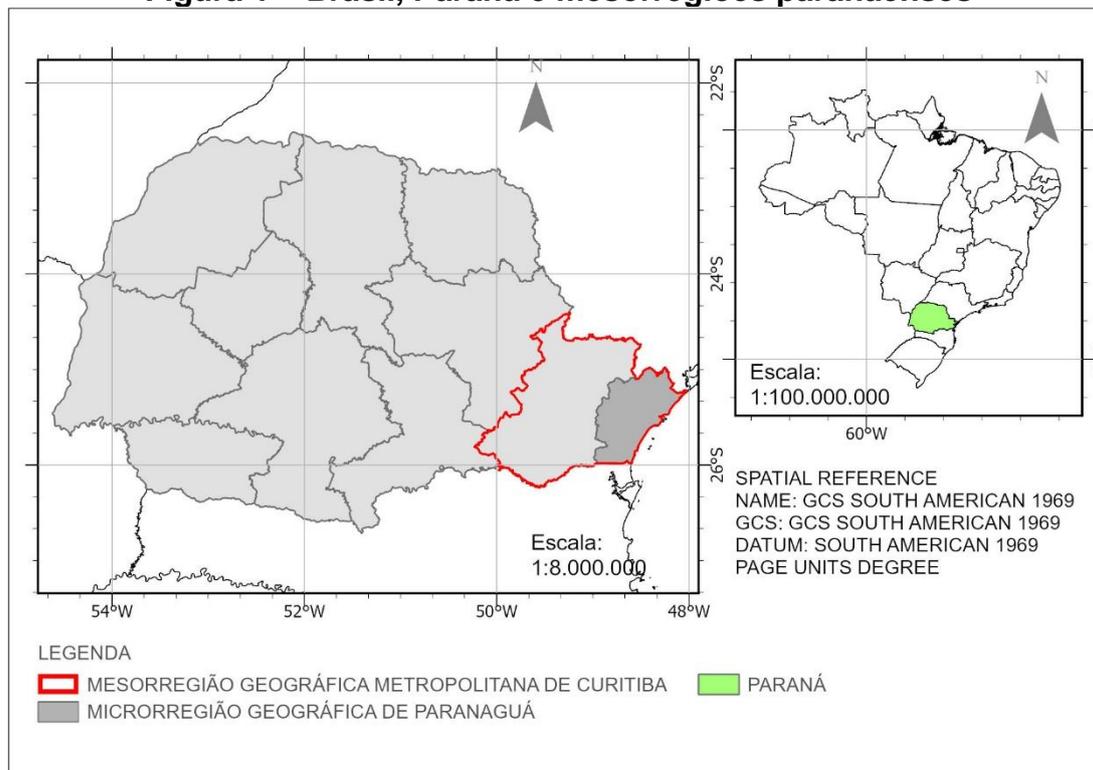
**Tabela 2 – Indicadores selecionados, Paraná e Brasil, 2010**

	Paraná	Brasil	Posição no ranking nacional
<b>IDH</b>	0,749	0,724	5º
<b>Índice de Gini</b>	0,53	0,60	2º
<b>Taxa de pobreza</b>	6,46	15,20	5º
<b>% de extremamente pobres</b>	1,96	6,62	4º

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Atlas Brasil (2021).

Como assinalado anteriormente, os resultados indicam uma posição satisfatória do Paraná no contexto nacional. Porém, este desenvolvimento socioeconômico não é homogêneo entre suas regiões. Antes de analisar os dados regionais, a figura 1 situa o Paraná e sua divisão mesorregional, incluindo a microrregião de Paranaguá, a qual pertence a RM de Curitiba.

**Figura 1 – Brasil, Paraná e mesorregiões paranaenses**



Fonte: elaboração própria.

Considerando as mesorregiões geográficas, os desequilíbrios são marcantes e podem ser dimensionados na tabela 3, a qual ostenta alguns indicadores selecionados a respeito das mesorregiões paranaenses. A utilização do recorte mesorregional é útil para ilustrar as desigualdades entre estas regiões. Os dados coletados evidenciam as significativas discrepâncias regionais.

**Tabela 3 – Indicadores selecionados, Paraná e mesorregiões paranaenses**

Mesorregião Geográfica	Pop. estimada (2021)	Grau de urbanização – 2010 (%)	PIB preços correntes – 2018 (R\$ 1.000)	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
<b>Paraná</b>	11.597.484	85,33	440.029.409	38.773
<b>Centro Ocidental</b>	326.363	80,26	11.981.763	36.290
<b>Centro Oriental</b>	773.897	84,70	32.069.532	42.462
<b>Centro Sul</b>	467.336	65,74	14.249.232	30.565
<b>Noroeste</b>	731.285	83,40	21.370.053	29.643
<b>Norte Central</b>	2.301.830	91,63	76.879.425	34.277
<b>Norte Pioneiro</b>	553.837	80,00	15.105.184	27.231
<b>Oeste</b>	1.330.154	85,61	56.890.175	43.512
<b>RM de Curitiba*</b>	4.039.212	91,57	175.907.387	44.943
<b>Sudeste</b>	442.697	58,58	12.552.944	28.868
<b>Sudoeste</b>	630.873	70,23	23.023.714	36.985

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IPARDES (2021a).

\*inclui a microrregião de Paranaguá

A Região Metropolitana de Curitiba (RM de Curitiba) possui a maior população estimada, maior PIB e PIB *per capita*. Estes resultados condizem com o fato desta ser a região mais industrializada do Estado. Ademais, é nesta região que a capital paranaense, Curitiba, está localizada, sendo também o município mais populoso do Estado.

Outras duas mesorregiões contêm população superior a um milhão de habitantes: Norte Central (que é a mesorregião com maior grau de urbanização do Paraná) e Oeste. Aliás, sobre o grau de urbanização, Sudeste e Centro Sul possuem mais de 30% da população vivendo no espaço rural, sendo que o Sudoeste apresenta resultado similar (29,27%).

A respeito do PIB, além da RM de Curitiba apenas o Norte Central e o Oeste possuem números superiores a R\$ 50 bi. Em contrapartida, cinco mesorregiões exibem resultados inferiores a 5% do PIB estadual: Centro Ocidental (2,72%) Sudeste (2,85%), Centro Sul (3,24%), Norte Pioneiro (3,43%) e Noroeste (4,86%). Quanto ao PIB *per capita*, Norte Pioneiro, Sudeste e Noroeste apresentam resultado inferior a R\$ 30 mil, enquanto a RM de Curitiba, o Oeste e o Centro Oriental dispõem de números superiores a R\$ 40 mil.

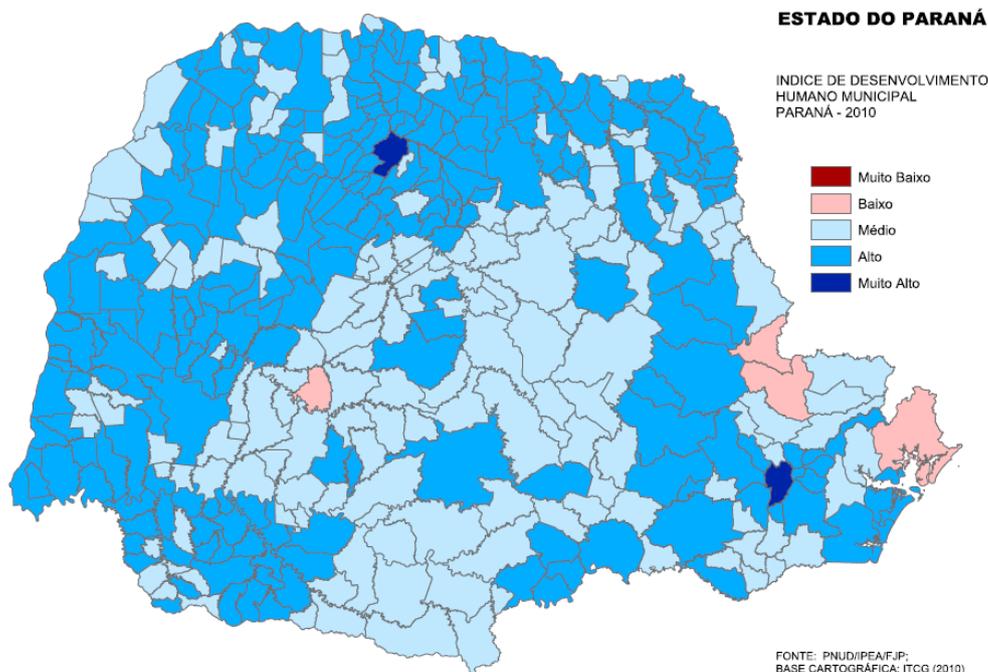
A análise de outros dados tende a consolidar as discrepâncias regionais paranaenses, aprofundando o olhar sobre a desigualdade socioeconômica regional. Assim, ainda que o Paraná seja considerado um Estado desenvolvido, principalmente quando comparado às demais unidades da Federação, está longe de apresentar indicadores que consolidem este entendimento.

Como exemplo podemos verificar o IDH dos municípios paranaenses, de acordo com os dados de 2010. Conforme mapa elaborado pelo IPARDES (2021b), figura 2, as diferenças regionais são notórias. A maioria dos municípios são considerados de alto desenvolvimento, seguidos pelos municípios de médio desenvolvimento. Apenas dois municípios são classificados como

desenvolvimento municipal muito alto: Curitiba (IDHM de 0,823) e Maringá (IDHM de 0,808).

Por outro lado, quatro municípios são considerados com baixo desenvolvimento: Cerro Azul, Guaraqueçaba, Laranjal e Doutor Ulysses, que apresenta o menor IDHM do Estado (0,546). Convém ressaltar que o município de Guaraqueçaba pertence a microrregião de Paranaguá.

Figura 2 – IDHM dos municípios do Paraná - 2010



Fonte: IPARDES (2021b).

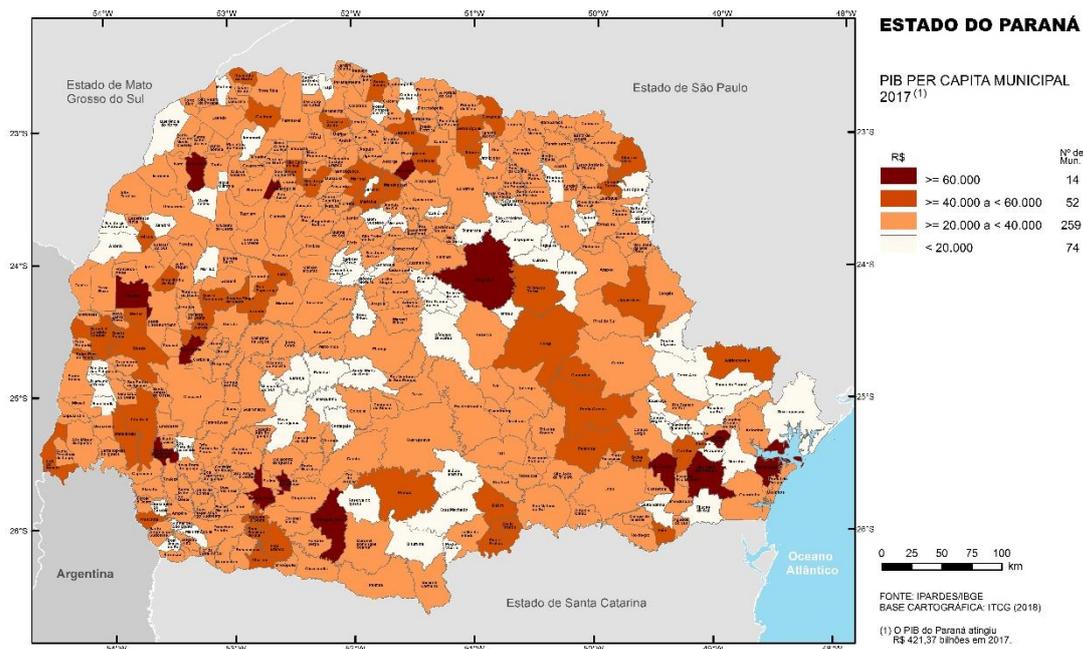
Outro indicador que demonstra significativas desigualdades regionais é o PIB *per capita*. Ainda que o PIB *per capita* não determine o nível de desenvolvimento, afinal representa a produção média por indivíduo, costuma ser retratado como um indicativo de desenvolvimento socioeconômico.

A figura 3 indica, através da tonalidade da cor, os municípios com maior PIB *per capita* (tons mais fortes) até os municípios com menores resultados (tons mais claros). A grande maioria dos municípios apresenta PIB *per capita* entre R\$ 20 mil e R\$ 40 mil reais. Com resultado superior a R\$ 60 mil apenas quatorze municípios, sendo Saudade do Iguaçu<sup>2</sup> o município com maior PIB *per capita* (R\$ 165.130), seguido por Araucária (R\$ 123.511) e Indianópolis (R\$ 118.874).

A figura 3 assinala, conforme indicação da legenda, que 74 municípios detêm um PIB *per capita* inferior a R\$ 20 mil, ou seja, mais de 18% dos municípios do Estado se encontram na pior classificação. Neste sentido, Piraquara apresenta o menor PIB *per capita* do Estado (R\$ 11.345), seguido pelo município de Doutor Ulysses (11.793).

<sup>2</sup> Saudade do Iguaçu é um município com menos de seis mil habitantes (IPARDES, 2021e). O PIB *per capita* deste município é elevado em função da existência da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, o que gera royalties ao município. Como o PIB *per capita* é resultado da divisão entre PIB e nº de habitantes, resultados assim são possíveis e não tão raros.

**Figura 3 – PIB per capita dos municípios paranaenses – 2017**



Fonte: IPARDES (2021b)

Com base nos dados referentes a economia dos diferentes municípios, as desigualdades regionais paranaenses são evidentes. Desse modo, as informações presentes até aqui corroboram com a interpretação da existência de graves desigualdades socioeconômicas regionais no Paraná. Para além dos dados expostos, as figuras 2 e 3, que tratam do IDHM e do PIB *per capita*, dimensionam como a desigualdade está presente em todas as regiões do Estado.

## O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NA MICRORREGIÃO DE PARANAGUÁ

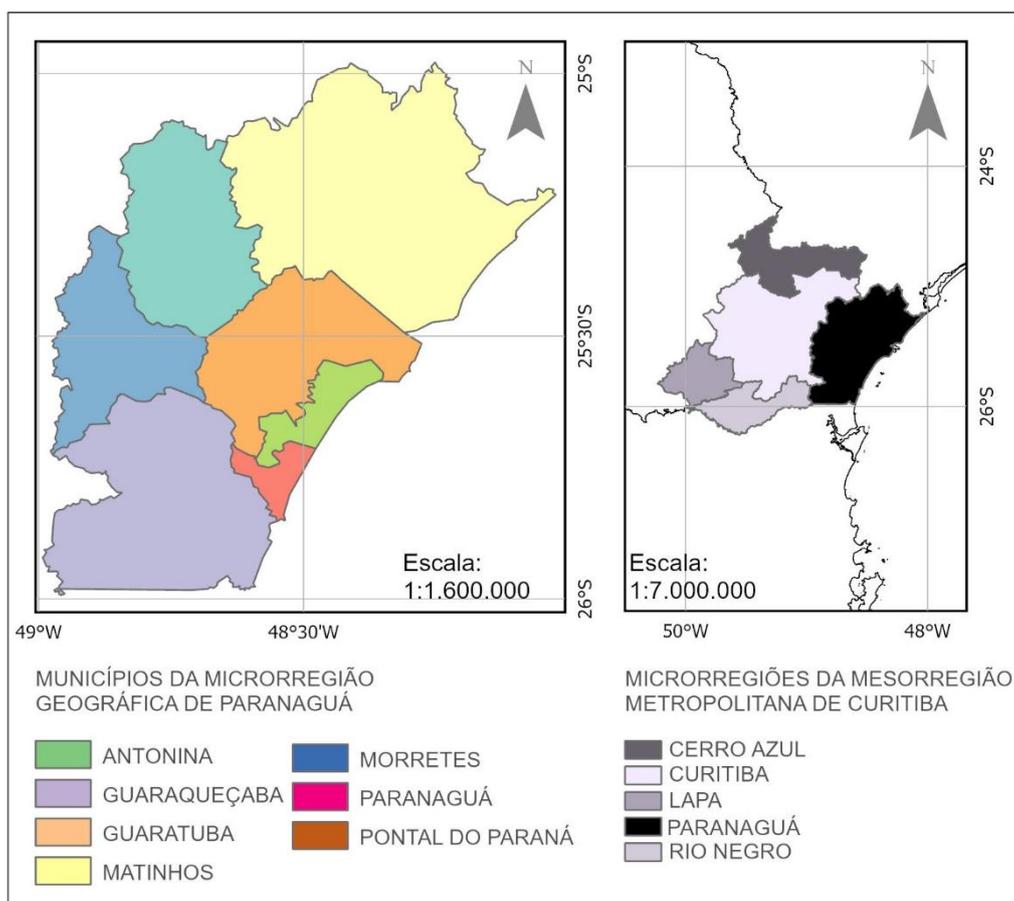
A identificação dos dados socioeconômicos no âmbito microrregional é crucial para se distanciar das generalizações regionais mais amplas, além de detectar indicadores municipais que fornecem elementos para dimensionar as desigualdades intrarregionais.

A microrregião de Paranaguá pertence a RM de Curitiba, isto é, integra a mesorregião com o maior PIB *per capita* do Estado e a segunda com maior grau de urbanização, conforme observado na seção anterior. Conforme a classificação anterior<sup>3</sup>, a RM de Curitiba era composta por cinco microrregiões: Cerro Azul, Curitiba, Lapa, Paranaguá e Rio Negro.

A figura 4, a direita, exibe a RM de Curitiba e suas microrregiões geográficas; à esquerda, com maior destaque, apresenta a microrregião de Paranaguá e seus municípios.

<sup>3</sup> A nova classificação geográfica indica que a Região Intermediária de Curitiba conta com três Regiões Imediatas: região geográfica imediata de Curitiba, região geográfica imediata de Paranaguá e região geográfica imediata de União da Vitória.

**Figura 4 – RM de Curitiba, suas microrregiões e municípios da microrregião de Paranaguá**



Fonte: elaboração própria.

A tabela 3 exibe alguns indicadores selecionados considerando o Paraná, a RM de Curitiba e a microrregião de Paranaguá. O PIB microrregional corresponde a 8,38% do PIB da RM de Curitiba, equivalendo a 3,35% do PIB estadual. É o segundo maior PIB microrregional, perdendo apenas para a microrregião de Curitiba (IPARDES, 2021c). Quanto a população, a microrregião de Paranaguá também é a segunda mais populosa da RM de Curitiba.

**Tabela 3 – Indicadores Selecionados, microrregião de Paranaguá, RM de Curitiba e Paraná, 2018**

	Microrregião de Paranaguá	RM de Curitiba	Paraná
<b>PIB corrente (em R\$ 1.000.000)</b>	14.743	175.907	440.029
<b>PIB <i>per capita</i> (em R\$ 1,00)</b>	50.119	44.943	38.773
<b>População estimada</b>	294.160	4.039.212	11.597.484

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IPARDES (2021c)

Ainda com relação a tabela 3, o indicador com maior destaque referente a microrregião de Paranaguá é o PIB *per capita* (R\$ 50.119). O mesmo é superior ao PIB *per capita* da mesorregião RM de Curitiba (R\$ 44.943) sendo, inclusive, superior a microrregião de Curitiba (R\$ 45.254) (IPARDES 2021c).

A tabela 4 apresenta alguns indicadores populacionais dos municípios da microrregião de Paranaguá. A variação populacional observada na microrregião, considerando o censo demográfico de 2010 e a população estimada pelo IBGE em 2021, é de 14%. Este resultado é acima da média paranaense de 11,04%, e não muito distante da variação na RM de Curitiba (15,61%). Convém ressaltar que esta mesorregião tende a atrair mais habitantes, visto que possui a capital do Estado e ser a região paranaense mais forte economicamente.

**Tabela 4 – Indicadores selecionados dos municípios da microrregião de Paranaguá e RM de Curitiba**

	Pop. 2010	Pop. estimada 2021	Variação % entre 2010 e 2021	Grau de urbanização 2010
<b>Paraná</b>	10.444.526	11.597.484	11,04	85,33
<b>Antonina</b>	18.891	18.919	0,15	85,03
<b>Guaraqueçaba</b>	7.871	7.554	-4,02	34,09
<b>Guaratuba</b>	32.095	37.974	18,32	89,75
<b>Matinhos</b>	29.428	35.705	21,33	99,49
<b>Morretes</b>	15.718	16.485	4,88	45,67
<b>Paranaguá</b>	140.469	157.378	12,04	96,38
<b>Pontal do Paraná</b>	20.920	28.529	36,37	99,15
<b>Microrregião de Paranaguá</b>	265.392	302.544	14%	90,48
<b>RM de Curitiba</b>	3.493.742	4.039.212	15,61	91,57

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IPARDES (2021c).

Com exceção do município de Guaraqueçaba (que mostra redução na variação populacional), os demais apresentaram variação positiva, ainda que Antonina e Morretes não tenham acompanhado o ritmo de crescimento populacional dos demais municípios da microrregião. Pontal do Paraná, seguido por Matinhos e Guaratuba, apresentaram maior crescimento populacional no período.

Quanto ao grau de urbanização, Guaraqueçaba (34,09%) e Morretes (45,67%) possuem a maior parte de suas populações vivendo no espaço rural. Os demais municípios apresentam alto grau de urbanização, com destaque para Matinhos e Pontal do Paraná. Paranaguá é o município mais populoso, possuindo mais de 52% da população microrregional.

No tocante a caracterização econômica dos municípios da microrregião, a tabela 5 traz dados significativos. Somente o município de Paranaguá produz praticamente 2/3 do PIB microrregional. Pontal do Paraná é o outro município que contribui acima de 10% do PIB da microrregião. Juntos, estes dois municípios representam mais de 82% do PIB regional, enquanto Guaraqueçaba não contribui sequer com 1%.

Quanto ao PIB *per capita*, Guaraqueçaba novamente apresenta baixo resultado (R\$ 14.552), sendo o menor da microrregião, representando 29% em relação à média microrregional (R\$ 50.119). Novamente Paranaguá e Pontal do Paraná apresentam os melhores resultados, acima da média microrregional. Neste caso, há apenas inversão das posições: o PIB *per capita* de Pontal do Paraná é superior ao de Paranaguá, enquanto no PIB Paranaguá lidera. Os demais municípios apresentam PIB *per capita* inferior à média microrregional.

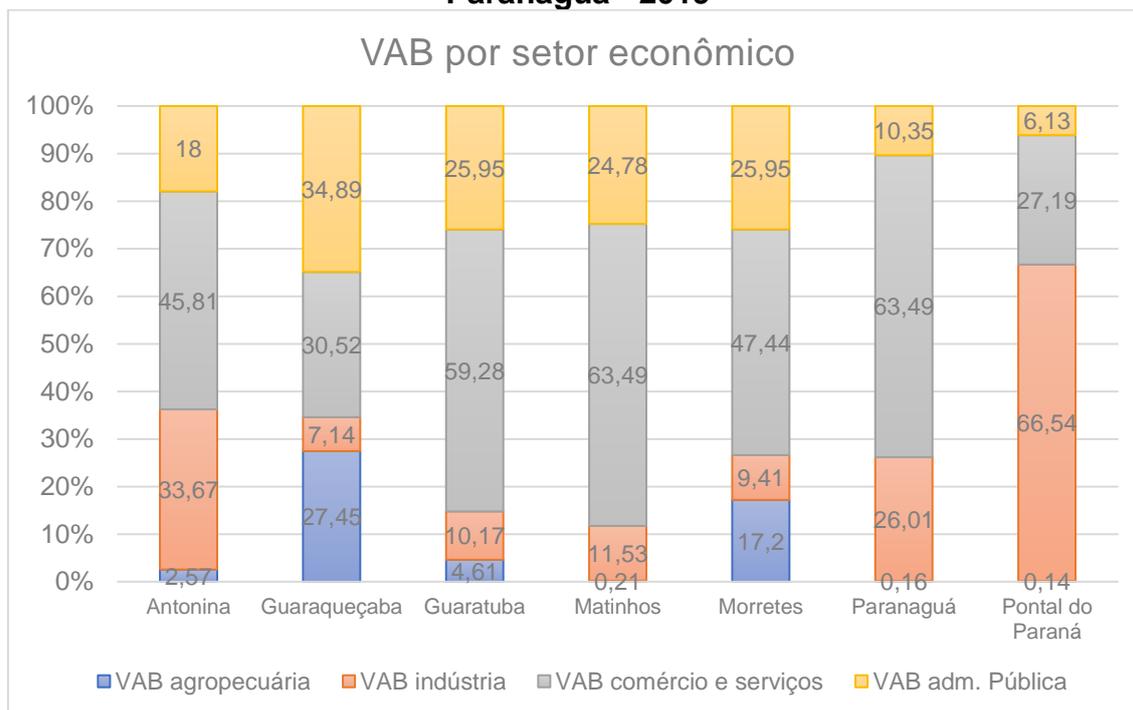
**Tabela 5 – PIB, PIB *per capita* e contribuição municipal em relação ao PIB microrregional.**

	PIB (2018)	PIB <i>per capita</i> (2018)	% no PIB microrregional
<b>Antonina</b>	538.253	28.313	3,65
<b>Guaraqueçaba</b>	111.746	14.552	0,75
<b>Guaratuba</b>	797.396	21.790	5,41
<b>Matinhos</b>	762.291	22.285	5,17
<b>Morretes</b>	334.226	20.422	2,27
<b>Paranaguá</b>	9.774.163	63.607	66,30
<b>Pontal do Paraná</b>	2.425.065	91.045	16,45
<b>Microrregião de Paranaguá</b>	14.743.140	50.119	100

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IPARDES (2021d).

Buscando aprofundar a análise econômica sobre a microrregião, a figura 5 exibe o perfil econômico dos municípios. O indicador utilizado foi o PIB considerando o Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada setor. A agropecuária é relevante nos municípios de Guaraqueçaba (27,45%) e Morretes (17,20%), enquanto contribui com menos de 1% nos municípios de Matinhos (0,21%), Paranaguá (0,16%) e Pontal do Paraná (0,14%).

**Figura 5 – VAB, por setor econômico, dos municípios da microrregião de Paranaguá - 2019**



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IPARDES (2021e).

O setor industrial é o principal componente do PIB em Pontal do Paraná (66,54%), possuindo relevância significativa em Antonina e Paranaguá, onde contribui com mais de ¼ do PIB municipal. O setor de serviços é o principal componente do PIB nos municípios de Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, sendo também relevante nos demais municípios.

Por fim, a administração pública contribui com mais de 25% do PIB municipal nos municípios de Guaratuba, Morretes e, principalmente, Guaraqueçaba. Aliás, neste último município os serviços de administração

pública representam a maior parte do VAB municipal, algo atípico e que indica o pouco dinamismo da economia local.

A tabela 6 expõe indicadores socioeconômicos selecionados com base nos últimos dados disponíveis. Consoante com estes indicadores, as desigualdades socioeconômicas são evidentes, a começar pela renda média. Para efeitos de comparação, a renda média *per capita* em 2010 referente ao Paraná é de R\$ 890,89. Assim, todos os municípios da microrregião apresentam números inferiores à média estadual. Considerando a renda média brasileira de R\$ 793,787, apenas Matinhos (R\$ 799,30) supera o resultado nacional.

Além de Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá apresentam renda média superior a R\$ 700,00. Por outro lado, os demais municípios apresentam resultados inferiores a R\$ 600,00, com destaque para Antonina (R\$ 555,16) e Guaraqueçaba (R\$ 304,67). Aliás, a renda média de Guaraqueçaba é inferior a 50% das rendas médias paranaense e brasileira.

**Tabela 6 – Renda média *per capita*, IDHM, Índice de Gini, taxa de pobreza dos municípios da microrregião de Paranaguá (2010) e IPDM (2019)**

	Renda média <i>per capita</i>	IDH	Índice de Gini	Taxa de pobreza	IPDM (2019)
Antonina	555,16	0,687	0,55	17,27	0,4995
Guaraqueçaba	304,67	0,587	0,49	36,05	0,5017
Guaratuba	682,24	0,717	0,56	9,15	0,6659
Matinhos	799,30	0,743	0,48	6,16	0,5853
Morretes	648,33	0,686	0,53	10,87	0,5896
Paranaguá	749,42	0,750	0,52	8,10	0,7107
Pontal do Paraná	772,19	0,738	0,51	5,98	0,6178

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IPARDES (2021c).

Quanto ao IDHM a microrregião possui quatro municípios com alto desenvolvimento, dois municípios com médio desenvolvimento e um município, Guaraqueçaba (0,587), com desenvolvimento baixo. Apenas Paranaguá (0,750) possui resultado superior ao indicador estadual (0,749).

No que diz respeito ao índice de Gini, Antonina apresenta pior resultado, sendo o único acima da média paranaense (0,53). Os melhores resultados foram observados em Matinhos e Guaraqueçaba. Curioso que Guaraqueçaba, município que apresenta os piores indicadores socioeconômicos até aqui, possui o segundo melhor resultado da microrregião quanto a concentração de renda.

Com relação a taxa de pobreza, esta expressa profundas desigualdades regionais e, especialmente, intrarregionais. Três municípios apresentam taxa de pobreza superior a 10% da população: Morretes (10,87%) Antonina (17,27%) e, principalmente, Guaraqueçaba (36,05%). No caso de Guaraqueçaba, mais de 1/3 da população é considerada pobre. Apenas Pontal do Paraná (5,98%) e Matinhos (6,16%) exibem resultados melhores que a média estadual (6,96%).

Por fim, outro indicador associado ao desenvolvimento dos municípios paranaenses é o Índice IparDES de Desempenho Municipal - IPDM<sup>4</sup>. Segundo o

<sup>4</sup> Conforme aponta o IPARDES (2021c), os municípios são classificados em quatro grupos: baixo desempenho (0,000 a < 0,400); médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600); médio desempenho (0,600 a < 0,800); e, alto desempenho (0,800 a 1,000)."

IPARDES (2021c), o “[...] IPDM procura avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber: a) emprego, renda e produção agropecuária; b) educação; e c) saúde”.

Mesmo que o IPDM não tenha a mesma importância e expressão do IDHM, auxilia na análise da situação dos municípios paranaenses. Neste caso, Paranaguá (0,7107) segue sendo o município com melhor indicador, enquanto Antonina (0,4995) possui o pior resultado. Conforme este indicador, a microrregião teria quatro municípios com médio baixo desempenho e três com médio desempenho.

Os resultados examinados nesta seção permitem visualizar o desenvolvimento socioeconômico na microrregião de Paranaguá. Possivelmente as desigualdades socioeconômicas intrarregionais não se resumem as aqui observadas. De toda forma, os indicadores selecionados ressaltam como o desenvolvimento socioeconômico é desigual entre os municípios do litoral paranaense.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As desigualdades resultantes do modo de produção capitalista, apontadas por diversos autores citados neste trabalho, tais como Smith (1988), Harvey (2014) e Furtado (2013), vão ao encontro dos indicadores socioeconômicos observados no Paraná. Ainda que apresente números acima das médias brasileiras, a desigualdade está presente dentro do próprio Estado.

Isso reforça a interpretação de que a questão regional brasileira continua relegada a segundo plano, o que contribui para a elevação, e não redução, das desigualdades socioeconômicas regionais. Para superar estas distorções é necessário que a PNDR possua instrumentos e recursos adequados frente as diferentes carências regionais.

Estas desigualdades estão presentes inclusive nos recortes regionais, conforme foi possível observar considerando os indicadores socioeconômicos das mesorregiões paranaenses. Investigar como ocorre o desenvolvimento socioeconômico destas regiões permite não só aprofundar o conhecimento sobre a realidade regional, como também promover ações e estratégias voltadas à região específica.

Além disso, as desigualdades socioeconômicas também podem ser constatadas no contexto intrarregional. Estritamente a respeito da microrregião de Paranaguá, objeto deste estudo, os dados coletados, como PIB, PIB *per capita* e IDHM, auxiliam a dimensionar o desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Paranaguá e as desigualdades intrarregionais. Isso, mais uma vez, corrobora com a perspectiva que o desenvolvimento é desigual.

Os indicadores selecionados (populacionais, econômicos e sociais), foram empregados não só para caracterizar os municípios da microrregião de Paranaguá, mas também, e principalmente, indicar as substanciais desigualdades socioeconômicas intrarregionais. O IDHM serve como exemplo: se por um lado temos um dos municípios (Paranaguá) com resultado superior ao IDH estadual, de outro temos Guaraqueçaba, município que apresenta baixo

desenvolvimento, sendo o quarto município menos desenvolvido do Estado (IPARDES, 2021c).

Indubitavelmente, novos estudos e pesquisas sobre os municípios do litoral paranaense poderão detalhar as condições socioeconômicas da região. A necessidade de diagnosticar o perfil econômico microrregional e seus impactos sociais é, por exemplo, um dos temas que necessita maior aprofundamento. As principais atividades econômicas desenvolvidas, o perfil do trabalho e as peculiaridades municipais possivelmente contribuiriam para um maior entendimento sobre o desenvolvimento socioeconômico regional.

De qualquer forma os indicadores socioeconômicos selecionados mostram algumas características da microrregião de Paranaguá frente ao desenvolvimento socioeconômico. Todavia, para estimar este desenvolvimento outros elementos precisam ser ponderados, os quais deveriam considerar, sobretudo, os anseios e necessidades das populações regionais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

ATLAS BRASIL. *Consulta*. 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta> Acesso em: 30 out. 2021.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

BRASIL. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm) Acesso em: 29 out. 2021.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1985.

CORRÊA, José C. S.; SILVEIRA, Rogério L. L.; KIST, Rosane, B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para o debate. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, vol. 15, nº 7, ed. especial, p. 3-15, dez./2019. Taubaté, SP.

COELHO, Vitarque L. P. A PNDR e a nova fronteira do desenvolvimento regional brasileiro. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* (IPEA), v. 1, p. 11-28, 2017.

DAMIÃO DE LIMA, Livia G.; FERREIRA ALVES, Larissa da S. Desenvolvimento regional no Brasil: um contexto histórico e atual. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 6, n. 1, p. 05-30, dez. 2018. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/6022>>. Acesso em: 24 nov. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2018v6n1p05-30>.

DINIZ, Clélio Campolina. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. n: CASTRO, Ana Célia (Org.). *Desenvolvimento em debate*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, 2002. v. 3, p. 239-274.

FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

\_\_\_\_\_. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

HARVEY, David. *Spaces of global capitalism*. London: Verso, 2006.

\_\_\_\_\_. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades – Pesquisas*. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 03 nov. 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Perfil das regiões*. 2021a. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-das-Regioes> Acesso em: 31 out. 2021.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas, Pesquisas e Estudos*. 2021b. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/> Acesso em: 31 out. 2021.

\_\_\_\_\_. *Base de Dados do Estado – BDEweb*. 2021c. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php> Acesso em: 31 out. 2021.

\_\_\_\_\_. *Perfil dos municípios*. 2021d. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-dos-municipios-0> Acesso em: 01 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. *Cadernos municipais*. 2021e. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais> Acesso em 01 nov. 2021.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. *A importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu*. 2018. 434 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018. Disponível em: [https://bu.furb.br/docs/TE/2018/364112\\_1\\_1.pdf](https://bu.furb.br/docs/TE/2018/364112_1_1.pdf)

MACEDO, Fernando C. de; PORTO, Leonardo. (2018). Existe uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil? *Revista Brasileira De Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, 14(2), p. 605-631, jan./2018. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v14i2.3639>

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. *A questão regional: a hegemonia inacabada*. Estudos Avançados, vol. 7, nº 18, p. 43-63, 1993.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SIEDENBERG, Dieter R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, ano 1, nº 1, p. 45-71, jan./jun. 2003. Disponível em:

<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67> Acesso em 01 nov. 2021

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução de E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 241-252, dez. 2009. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324/510>.